

**EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE
BELMONTE, E.M.**

**RELATÓRIO DE GESTÃO & DOCUMENTOS DE
PRESTAÇÃO DE CONTAS
ANO DE 2013**

- **RELATÓRIO DE GESTÃO**
- **BALANÇO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**
- **DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**
- **DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
- **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BELMONTE
Março de 2014



Relatório de Gestão da EMPDS BELMONTE, E.M.

EXERCÍCIO DE 2013

I- CONSIDERAÇÕES GERAIS

Conforme determina o artigo 20º dos Estatutos, o Conselho de Administração vem apresentar o Relatório de Gestão acompanhado pelos seguintes documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2013: Balanço; Demonstração de Resultados; Demonstração das Alterações do Capital Próprio; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Anexo às Demonstrações Financeiras.

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte tem cumprido os objetivos a que se tem proposto. Os espaços museológicos, a sua valorização patrimonial e histórica, com a adaptação para fins turísticos, em conjunto com a importância estratégica da oferta turística na região, suporte e alavanca do tão desejado dinamismo, tem provocado um aumento de investimentos, tanto em alojamento, como em hotelaria e animação turística.

Começamos a sentir que alguns artesãos da região apostam em produtos diferenciados, de qualidade, que pretendem que se vendam nos Museus. Desta forma, pretendemos ajudar à criação do próprio emprego e apostar na comercialização de artesanato local e regional.

Mesmo numa época de algumas incertezas, queremos continuar a ser inovadores, criativos e bons leitores do futuro. Quem melhor que Belmonte divulga hoje através da interatividade e das aplicações modernas de



multimédia, as histórias da Epopeia dos Descobrimentos ou a Cultura Judaica.

A realização de eventos culturais anuais continua a ser uma mais-valia para a dinamização de Belmonte assim como é uma forte atração para os visitantes.

A aposta na qualificação dos recursos humanos é contínua tendo a finalidade de prestar um serviço de excelência aos nossos visitantes. No entanto deverá graduar a sua ação tendo presente a evolução da crise económica e financeira, as medidas tomadas pelo Governo e pelo Município e ainda, as expectativas dos agentes económicos face á evolução da referida crise.

Neste sentido, os desafios que a empresa enfrenta serão de grande amplitude e exigência, pelo que devem constituir um estímulo e uma oportunidade para que se continue a desenvolver um turismo / cultura de empenho e de rigor. Estamos preparados para enfrentar as dificuldades e os imprevistos, tentando da melhor forma contornar os obstáculos.

Para finalizar, a gestão de custos deve continuar a ser uma prioridade da gestão financeira da Empresa Municipal de Belmonte.



[Handwritten signatures and initials]

II- A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O ano de 2013 constituiu o nono ano de actividade da EMPDS BELMONTE, E.M., e seguidamente apresentam-se as principais diferenças entre as previsões para 2013, o realizado em 2013 bem como o comparativo com o realizado em 2012:

Descrição	Previsto 2013	Realizado 2013	Realizado 2012
Custo das Mercadorias Vendidas	45.000,00	38.306,45	43.719,15
Fornecim. e Serv. Externos	24.224,00	23.821,62	24.736,57
Gastos c/ o Pessoal	96.760,00	100.579,84	96.359,28
Gastos de Depreciação e de Amortização	1.500,00	2.084,09	1.389,59
Outros Gastos e Perdas	0,00	1.361,98	905,91
Gastos e Perdas de Financiamento	0,00	0,00	1,85
Total dos Gastos	167.484,00	166.153,98	167.112,35
Vendas e Serviços Prestados	167.000,00	150.872,27	149.960,29
Subsídios à Exploração	0,00	127,01	307,94
Outros Rendimentos e Ganhos	2.660,00	2.371,43	14.598,33
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	0,00	35,05	84,50
Total dos rendimentos	169.660,00	153.405,76	164.951,06
Imposto	0,00	94,21	117,52
Resultado Líquido do exercício	2.176,00	-12.654,01	-2.043,77

As diferenças relevantes que se verificam são:

- nos total dos gastos verificou-se uma diminuição de 1.330,02 euros em relação ao previsto no orçamento para 2013, correspondendo a menos 0,8%. Comparativamente a 2012 verifica-se uma diminuição de 0,6% nos gastos da EMPDS.



- nos rendimentos constata-se que as vendas e prestações de serviços realizadas aumentaram 0,6% em relação a 2012. Relativamente às previsões efetuadas para 2013 o valor verificado foi inferior em 9,6% ao orçamentado.
- ainda nos rendimentos verifica-se que os Subsídios à Exploração recebidos do Município de Belmonte mantiveram o nível significativamente baixo, devido ao seguinte ao facto de a EMPDS em 2013, continuou a manter-se autosuficiente, concretizando toda a sua atividade com as receitas próprias. O valor que consta nos subsídios não diz respeito a nenhuma transferência financeira, mas sim a uma imputação contabilística de subsídios ao investimento do projeto de promoção turística.

III- ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente à situação financeira constata-se um rácio de autonomia financeira inferior uma vez que este rácio passou de 31% em 2012 para 14% em 2013. Este decréscimo é significativo mas a EMPDS mantém autonomia financeira.

A liquidez da empresa também foi ligeiramente inferior relativamente ao ano anterior, tendo o rácio de liquidez geral passado de 1,38 em 2012 para 1,11 em 2013, mantendo contudo a EMPDS, a capacidade para pagar os seus compromissos de curto prazo.

IV- ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

Pela análise da Demonstração de Resultados verifica-se que os Resultados Líquidos da EMPDS BELMONTE, E.M. tiveram a seguinte evolução:

(Unid.: Euros)

RESULTADOS	2011	2012	2013
Resultado líquido do período	1.391,78	-2.043,77	-12.654,01



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Os resultados em 2013 evidenciam uma pioria relativamente a 2012.

Relativamente, à estrutura de Gastos ela é a seguinte em relação às principais rubricas: Gastos com o Pessoal (60,5%), Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (23,1%) e Fornecimentos e Serviços Externos (14,3%).

Em relação à estrutura de Rendimentos ela é a seguinte também em relação às principais rubricas: Prestações de Serviços (64,9%), Vendas (33,4%) e Outros Rendimentos e Ganhos (1,5%).

V- PLANO DE INVESTIMENTO E EXECUÇÃO ANUAL

Nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2013 estavam previstos investimentos na modernização administrativa da EMPDS BELMONTE E.M. no valor de 2.000,00 €. O investimento concretizado em 2013 foi de 2.024,84 € que se aproxima bastante do previsto.

VI - OUTRAS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais confirma-se:

- a) Não haver ocorrido após o termo do exercício factos relevantes com reflexo directo ou indirecto sobre as contas do exercício de 2012 (artº66, nº5 b)
- b) Não existirem negócios entre a empresa e os seus Administradores (artº66, nº5 e) e 397º)
- c) Não existirem sucursais da empresa em qualquer parte do território nacional e estrangeiro (artº66, nº5 g)
- d) Os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização não são titulares de participações da empresa (artº447)
- e) A empresa não tem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.



VII - PERSPECTIVAS PARA 2014

Durante o ano de 2014, estão previstas no Plano de Atividades e Orçamento, diversas iniciativas que a serem concretizadas como esperamos, continuam a perspetivar um desenvolvimento sustentável da empresa e um contributo para a prestação de melhores serviços a todos aqueles que visitam Belmonte.

VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido apurado em 2013 de -12.654,01 € seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Belmonte, 31 de Março de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten signatures of the Board of Administration members, including names like 'João Paulo Leal' and 'Leixia'.



EMPDS BELMONTE, E.M.
Balanço em 31 de Dezembro de 2013

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6	1.639,05	2.278,45
Ativos intangíveis	7	1.712,74	1.132,54
		3.351,79	3.410,99
ATIVO CORRENTE			
Inventários	8	54.360,04	57.774,26
Clientes	9	3.154,85	1.078,51
Estado e outros entes públicos	10	5.398,93	5.560,51
Outras contas a receber	11	217,06	283,59
Diferimentos	12	0,00	171,57
Caixa e depósitos bancários	13	5.602,81	8.007,70
		68.733,69	72.876,14
TOTAL DO ATIVO		72.085,48	76.287,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14	5.000,00	5.000,00
Resultados transitados	14	17.234,30	19.372,28
Outras variações no capital próprio	14	471,39	847,25
		22.705,69	25.219,53
Resultado líquido do período	14	-12.654,01	-2.043,77
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		10.051,68	23.175,76
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Passivos por impostos diferidos	15	0,00	94,21
		0,00	94,21
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	16	42.292,31	35.260,87
Estado e outros entes públicos	17	3.066,50	4.607,23
Outras contas a pagar	18	16.674,99	13.022,05
Diferimentos	19	0,00	127,01
		62.033,80	53.017,16
TOTAL DO PASSIVO		62.033,80	53.111,37
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		72.085,48	76.287,13



EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração dos Resultados por Naturezas
para o período findo em 31 de Dezembro de 2013

Unidade Monetária:
EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	20	150.872,27	149.960,29
Subsídios à exploração	21	127,01	307,94
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-38.306,45	-43.719,15
Fornecimentos e serviços externos	22	-23.821,62	-24.736,57
Gastos com o pessoal	23	-100.579,84	-96.359,28
Outros rendimentos e ganhos	24	2.371,43	14.598,33
Outros gastos e perdas	25	-1.361,98	-905,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-10.699,18	-854,35
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	-2.084,09	-1.389,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-12.783,27	-2.243,94
Juros e rendimentos similares obtidos	27	35,05	84,50
Juros e gastos similares suportados	28	0,00	-1,85
Resultado antes de impostos		-12.748,22	-2.161,29
Imposto sobre o rendimento do período	29	94,21	117,52
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-12.654,01	-2.043,77



Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte
EMPDS BELMONTE, E.M

EMPDS BELMONTE, E.M.

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Unidades Monetárias: EURO

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO-ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA S.A.M.E										TOTAL DO PATRIMÓNIO CAPITAL PRÓPRIO		
		Capital realizado	Ações (quótas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Premios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Reservado e transferido	Ajustamentos financeiros	Excedentes de resultados	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.098,02	0,00	1.189,80	1.391,78	25.689,60	0,00	25.689,60
Alterações no período														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.274,26	0,00	0,00	-352,55	-1.391,78	-470,07	0,00	-470,07
Resultado líquido do período	8													
Resultado integral	9 = 7 + 8													
Operações com detentores de capital no período														
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	11 = 6 + 7 + 8 + 10	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.372,28	0,00	0,00	847,25	-2.043,77	23.175,78	0,00	23.175,78
Alterações no período														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.372,28	0,00	0,00	847,25	-2.043,77	23.175,78	0,00	23.175,78
Resultado líquido do período	7													
Resultado integral	8													
Operações com detentores de capital no período	9 = 7 + 8													
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	11 = 6 + 7 + 8 + 10	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.234,30	0,00	0,00	471,29	-12.654,01	10.051,58	0,00	10.051,58



EMPDS BELMONTE, E.M.
Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2012

Unidade Monetária: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		148.795,93	182.051,66
Pagamentos a fornecedores		-51.623,27	-70.209,50
Pagamentos ao pessoal		-100.579,84	-96.461,71
Caixa gerada pelas operações		-3.407,18	15.380,45
Pagamentos/Recebimentos do imposto sobre o rendimento		94,21	-1.114,08
Outros recebimentos / pagamentos		3.052,56	-10.340,01
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		-260,41	3.926,36
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		-399,75	-1.003,68
Ativos intangíveis		-1.625,14	-1.858,65
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Subsídios ao investimento		127,01	0,00
Juros e rendimentos similares		35,05	66,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		-1.862,83	-2.796,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Juros e custos similares		0,00	-1,85
Outras operações de financiamento		-281,65	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-281,65	-1,85
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-2.404,89	1.128,51
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.007,70	6.879,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.602,81	8.007,70
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		-2.404,89	1.128,51



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 DA EMPDS BELMONTE, E.M.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, E.M., adiante designada EMPDS Belmonte, EM, é uma Empresa Municipal constituída em 05/03/2004, tem sede na Rua Pedro Alvares Cabral, nº 88, freguesia e concelho de Belmonte, é a pessoa colectiva n.º 506779360 e está inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Belmonte sob o n.º 00001/040315. Tem como actividade principal as Actividades dos Museus (CAE – 91020).

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As demonstrações financeiras são preparadas em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou a situações omissas são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Não houve disposições do SNC que tenham sido derogadas e portanto as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com as NCRF e são as seguintes:

Ativos Intangíveis (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.



As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

Ativos Fixos Tangíveis (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respectivas depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos mínimos de vida útil previstos no Decreto Regulamentar nº25/2009 de 14 de Setembro.

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação do ativo fixo tangível são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Inventários (NCRF 18)

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Rédito (NCRF 20)

O rédito proveniente da venda de bens deve ser reconhecido quando i) a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão nem o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa, e v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente dos serviços prestados apenas é reconhecido quando i) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, ii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa, iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada, e iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.



O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Subsídios do Governo (NCRF 22)

Os subsídios do Governo, só são reconhecidos após haver segurança de que: i) a empresa cumprirá as condições a ele associadas e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para o balanceamento com os gastos relacionados que se pretende que compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Acontecimentos Após a Data do Balanço (NCRF 24)

Acontecimentos após a data do balanço, favoráveis ou desfavoráveis, são os que ocorrem entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão (data em que são disponibilizadas para conhecimento de terceiros).

Os acontecimentos que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço dão lugar ao reconhecimento de ajustamentos, os que surgirem após a data do balanço não dão origem a quaisquer ajustamentos.

Imposto Sobre o Rendimento (NCRF 25)

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto se esse passivo por impostos diferidos resultar das situações referidas no parágrafo 15 da NCRF 25.



Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Instrumentos Financeiros (NCRF 27)

i) Clientes

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas de/a terceiros

As dívidas a fornecedores ou de/a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Benefícios dos Empregados (NCRF 28)

A empresa reconhece: i) um passivo quando os empregados tenham prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro e ii) um gasto quando consumir o benefício económico proveniente dos serviços prestados pelos empregados.

Os benefícios dos empregados englobam: benefícios de curto prazo tais como salários, ordenados e contribuições para a segurança social.

Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.



As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões.

Apesar de as estimativas serem determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, poderão sempre ocorrer situações, em períodos subsequentes, que não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2013	31-12-2012
Numerário	1088,79	1445,18
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6918,91	4157,63
Total de Caixa e Depósitos bancários	8007,70	5602,81

A EMPDS Belmonte, EM, não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. A EMPDS Belmonte, EM integra-se no grupo do Município de Belmonte. Esta entidade é fornecedora de artigos promocionais que são vendidos nos museus geridos pela EMPDS Belmonte, EM, e no ano de 2013 esses fornecimentos ascenderam a 5749,63 euros. O valor em dívida da EMPDS Belmonte, EM ao Município de Belmonte relativamente a fornecimentos era de 21175,22 em 31/12/2012 e de 26924,85 em 31/12/2013. A EMPDS Belmonte, EM também realizou prestação de serviços ao Município de Belmonte no valor de 6,00 euros e o valor do saldo a receber em 31/12/2013 era de 6,00 euros.

Empresa mãe: Município de Belmonte (detentora de 100% do capital da EMPDS Belmonte, EM).

5.2. O Conselho de Administração da EMPDS Belmonte, EM, é composto atualmente por três membros (um presidente e dois vogais). As remunerações da Administração ascenderam a 4004,18 euros, correspondentes a senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração e a ajudas de custo.



As notas que se seguem têm como finalidade contribuir para uma melhor compreensão das alterações mais significativas da posição financeira e do desempenho da EMPDS BELMONTE, EM, face à última data de reporte anual (31/12/2012).

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) A mensuração dos ativos fixos tangíveis é efectuada ao custo.
- b) Na depreciação dos ativos fixos tangíveis é utilizado o método da linha recta.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2012	Adições	Diminuições	31.12.2013
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	18290,27	0	0	18290,27
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	4006,43	399,75	0	4406,18
Outros ativos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
Total dos ativos fixos tangíveis	28.387,56	399,75	0	28.787,31

Depreciações acumuladas	31.12.2012	Adições	Diminuições	31.12.2013
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	0	0	0	0
Equipamento básico	16716,48	812,93	0	17529,41
Equipamento transporte	0	0	0	0
Equipamento administrativo	3301,77	226,22	0	3527,99
Outros ativos fixos tangíveis	6090,86	0	0	6090,86
Perdas imparidade acumuladas	0	0	0	0
Total depreciações acumuladas	26109,11	1039,15	0	27148,26

Quantia escrita	31.12.2012			31.12.2013
Total dos ativos fixos tangíveis	2278,45	-	-	1639,05

- e) À data de 31 de Dezembro de 2012 não existem compromissos contratuais materialmente relevantes para aquisição de ativos fixos tangíveis.



7. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) A mensuração dos ativos intangíveis é efetuada ao custo.

b) Na depreciação dos ativos intangíveis é utilizado o método da linha reta, com uma imputação duodecimal.

c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31.12.2012	Adições	Alienações	31.12.2013
Programas de computador	1510,00	1625,14	0	3135,14
Total dos ativos intangíveis	1510,00	1625,14	0	3135,14

Depreciações acumuladas	31.12.2012	Adições	Alienações	31.12.2013
Programas de computador	377,46	1044,94	0	1422,40
Total dos ativos intangíveis	377,46	1044,94	0	1422,40

Quantia escritura	31.12.2012			31.12.2013
Total dos ativos intangíveis	1132,54	-	-	1712,74

8. INVENTÁRIOS

A desagregação dos inventários e dos gastos no período é a seguinte:

Inventários	31-12-2013	31-12-2012
Mercadorias	54360,04	57774,26
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
Produtos acabados e intermédios	0	0
Produtos e trabalhos em curso	0	0
	<u>54360,04</u>	<u>57774,26</u>

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	31-12-2013	31-12-2012
Mercadorias	38306,45	43719,15
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0
	<u>38306,45</u>	<u>43719,15</u>

As mercadorias são valorizadas ao custo.



9. CLIENTES

A decomposição dos clientes é a seguinte:

Clientes	31-12-2013	31-12-2012
Clientes gerais – mercado nacional	3154,85	1078,51
Clientes gerais – mercado intracomunitário	0	0
Clientes gerais – outros mercados	0	0
	<u>3154,85</u>	<u>1078,51</u>

A EMPDS Belmonte, EM, presta os seus serviços a empresas, instituições e consumidores finais.

Os serviços prestados são realizados em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos (Ativo) apresentava as seguintes quantias:

EOEP – Ativo	31-12-2013	31-12-2012
Imposto s/ rendimento	5398,93	5560,51
Retenção imposto s/ rendimento	0	0
Imposto s/ valor acrescentado	0	0
Total de Estado e outros entes públicos	<u>5398,93</u>	<u>5560,51</u>

O saldo de Imposto sobre o rendimento diz respeito a pagamentos especiais por conta (PEC), no valor de 5388,32 euros e às retenções na fonte de rendimentos de capitais efetuadas por terceiros, no valor de 10,61 euros.

Estes montantes podem ser deduzidos à colecta do próprio período de tributação a que respeitam ou, se insuficiente, até ao sexto período de tributação seguinte (n.º 1 do artigo 93º do CIRC).

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Outras contas a receber	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores c/c	217,06	276,20
Pessoal (outras operações)	0	0
Devedores por acréscimos de rendimentos	0	7,39
	<u>217,06</u>	<u>283,59</u>



12. DIFERIMENTOS

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Diferimentos	31-12-2013	31-12-2012
Gastos a reconhecer	0	171,57
	<u>0</u>	<u>171,57</u>

13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica tem a decomposição seguinte:

Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	1445,18	1088,79
Depósitos à ordem	3875,06	4168,17
Outros Depósitos bancários	282,57	2750,74
	<u>5602,81</u>	<u>8007,70</u>

Os depósitos à ordem correspondem a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

14. CAPITAL PRÓPRIO

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço:

Capital próprio	31-12-2013	31-12-2012
Capital	5000,00	5000,00
Prestações suplementares	0	0
Reservas legais	0	0
Outras reservas	0	0
Resultados transitados	17234,30	19372,28
Outras variações no capital próprio	471,39	847,25
Resultado líquido do exercício	-12654,01	-2043,77
Total do Capital próprio	<u>10051,68</u>	<u>23175,76</u>

O capital social da empresa é de 5000 euros e encontra-se totalmente realizado. É detido a 100 % pelo Município de Belmonte.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.



Os resultados transitados registaram uma variação negativa de 11% no valor de -2137,98 euros, em consequência de:

- a) Aplicação do resultado líquido do exercício de 2012 no valor de -2043,77 euros.
- b) Reconhecimento do imposto diferido relativo aos subsídios relacionados com ativos no valor de -94,21 euros.

15. PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi como segue:

Passivos por impostos diferidos	Movimentos
Reconhecimento inicial de passivos por impostos diferidos – respeitante à imputação dos subsídios associados com ativos a rendimentos	94,21
Reconhecimento de impostos diferidos em 2013	<u>-94,21</u>
	<u>0</u>

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

Passivos por impostos diferidos	31-12-2013
Passivos por impostos diferidos – respeitante à imputação dos subsídios associados com ativos a rendimentos	<u>0</u>
	<u>0</u>

A EMPDS Belmonte, EM, reconheceu pela primeira vez impostos diferidos no exercício de 2010.

De acordo com a legislação em vigor a entidade utiliza uma taxa de impostos diferidos de 25% (25% de taxa de IRC + 0% de taxa de Derrama).

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 pode ser detalhado como segue:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2013
Imposto estimado para o período	0
Tributações autónomas	0
Imposto diferido	<u>94,21</u>
Total do imposto sobre o rendimento do período	<u>94,21</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:



Imposto sobre o rendimento		31-12-2013
Resultados antes de impostos		-12748,22
Diferenças permanentes		0
Resultado após diferenças permanentes (Lucro tributável)		-12748,22
Taxa de imposto		25%
Imposto do exercício		0
Imposto diferido de diferenças temporárias		94,21
Tributações autónomas		0
Imposto total		94,21

16. FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores apresenta os saldos seguintes:

Fornecedores	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores c/c	42292,31	35260,87
Total de Fornecedores	42292,31	35260,87

A dívida a fornecedores c/c resulta do desenvolvimento da actividade operacional.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e outros entes públicos (Passivo) apresentava as seguintes quantias:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Imposto s/ rendimento	0	0
Retenção de imposto s/ rendimento (IRS)	717,00	308,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	367,93	2597,98
Contribuições p/ a segurança social	1981,57	1701,25
Total de Estado e outros entes públicos	3066,50	4607,23

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social, evidenciam as retenções/contribuições efectuadas no mês de Dezembro de 2013 e pagas em Janeiro de 2014. O imposto sobre o valor acrescentado evidencia o IVA a pagar apurado relativo ao 4º trimestre de 2013 e pago em fevereiro de 2014



18. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações a pagar ao pessoal	0	0
Outras operações com o pessoal	0	0
Fornecedores de investimentos	2024,89	0
Credores por acréscimos de gastos	14650,10	12591,55
Passivos por impostos diferidos	0	0
Outros credores	0	430,50
	<u>16674,99</u>	<u>13022,05</u>

O saldo de acréscimo de gastos corresponde à estimativa para férias, subsídio de férias e respectivos encargos, relativos a direitos adquiridos no ano de 2013, que a EMPDS Belmonte, EM, liquidará no ano de 2014 (13014,82 euros) e ainda à especialização de comunicação a liquidar (103,23 euros), trabalhos especializados a liquidar (1413,28 euros) e serviços bancários a liquidar (118,77).

19. DIFERIMENTOS

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

Diferimentos	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos a reconhecer	0	127,01
	<u>0</u>	<u>127,01</u>

20. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Vendas e Prestações de serviços – mercado nacional	150872,27	149960,29
Vendas e Prestações de serviços – mercado intracomunitário	0	0
Vendas e Prestações de serviços – outros mercados	0	0
	<u>150872,27</u>	<u>149960,29</u>



21. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Subsídios à exploração do Estado e outros entes públicos	127,01	307,94
	<u>127,01</u>	<u>307,94</u>

Foram imputados a rendimentos do exercício, o valor relativo ao incentivo ao projecto de promoção turística remanescente (127,01 euros).

22. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Subcontratos	0	0
Trabalhos especializados	5900,41	4048,05
Publicidade e propaganda	88,22	460,00
Vigilância e segurança	90,10	0
Honorários	4080,00	4510,00
Conservação e reparação	0	0
Outros serviços especializados	1591,88	1170,40
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	306,10	463,28
Livros e documentação técnica	0	5,66
Material de escritório	1050,92	874,19
Artigos para oferta	0	0
Outros materiais	898,10	4514,02
Eletricidade	0	27,60
Combustíveis	660,66	764,24
Água	0	0
Outros fluídos	0	0
Deslocações e estadas	545,41	804,41
Transportes de pessoal	0	0
Rendas e alugueres	0	141,51
Comunicação	3589,56	3838,41
Seguros	41,32	44,37
Contencioso e notariado	0	25,00
Despesas de representação	0	0
Limpeza, higiene e conforto	343,20	164,53
Outros serviços	4635,74	2880,90
	<u>23821,62</u>	<u>24736,57</u>



Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) registaram um decréscimo de cerca de 3,7% (-914,95) relativamente ao ano anterior.

Os trabalhos especializados (25%), os outros serviços (19%), os honorários (17%), a comunicação (15%) e outros serviços especializados (6,7%) representam cerca de 83% do total dos FSE.

23. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações dos órgãos sociais	4004,18	1435,44
Remunerações do pessoal	80273,40	79069,12
Encargos sobre remunerações	15763,12	15125,47
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	539,14	729,25
Outros gastos com o pessoal	0	0
	<u>100579,84</u>	<u>96359,28</u>

Os gastos com o pessoal aumentaram cerca de 4,4% face ao exercício anterior.

As remunerações dos órgãos sociais (conselho de administração) no período em análise ascenderam a 4004,18 euros, correspondentes às senhas de presença nas reuniões do Conselho de Administração e a ajudas de custo.

A média de funcionários ao serviço da EMPDS Belmonte, EM, no ano de 2013, aumentou de 7 para 8.

24. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos suplementares	1422,75	900,00
Ganhos em inventários	0	12.838,21
Ganhos em investimentos não financeiros	399,75	0
Correções relativas a períodos anteriores	42,31	350,00
Imputação de subsídios para investimento	470,07	470,07
Outros não especificados	36,55	40,05
	<u>2371,43</u>	<u>14.598,33</u>



25. OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Impostos	25,00	18,00
Outros gastos	1336,98	887,91
Outros gastos de financiamento	0	0
	<u>1361,98</u>	<u>905,91</u>

Os outros gastos respeitam a correcções relativas a exercícios anteriores no valor de 1272,11 euros e outros gastos não especificados no valor de 64,87 euros.

26. GASTOS DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Ativos fixos tangíveis	1039,15	1012,13
Ativos intangíveis	1044,94	377,46
	<u>2084,09</u>	<u>1389,59</u>

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas estão em conformidade com o disposto no Decreto-Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Esta rubrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Juros obtidos	35,05	84,50
Outros rendimentos similares	0	0
	<u>35,05</u>	<u>84,50</u>

Esta rubrica reflecte os juros obtidos com as aplicações de tesouraria efectuadas pela entidade.



28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
Juros Suportados	0	1,85
Outros gastos de financiamento	0	0
	<u>0</u>	<u>1,85</u>

29. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Esta rúbrica tem a desagregação seguinte:

Imposto sobre o rendimento	31-12-2013
Imposto corrente	0
Imposto diferido	94,21
Total do imposto sobre o rendimento do período	<u>94,21</u>

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2014.

Belmonte, 31 de Março de 2014

Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias e nos termos do mandato que nos foi conferido, vimos apresentar-vos o relatório da nossa atividade e o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas da **EMPDS - EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, E.M.**, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.
2. No desempenho das funções de fiscal único acompanhámos a atividade desenvolvida pela empresa, sobretudo através das atas das reuniões do Conselho de Administração e dos contactos com os respectivos membros, e efetuámos os procedimentos julgados necessários ao exercício das nossas funções, bem como da observância da lei e dos estatutos.
3. Durante o exercício verificámos, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte. Os critérios de valorimetria utilizados na prestação de contas estão em conformidade com as disposições legais aplicáveis e encontram-se adequadamente evidenciados no anexo às demonstrações financeiras.
4. Analisámos os documentos de prestação de contas preparados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística bem como o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que os mesmos possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2013, bem como do modo como se desenrolaram as atividades e se formou o resultado do período acima referido.
5. Elaborámos, para além do parecer sobre a informação financeira referente ao exercício de 2013, a certificação legal de contas decorrente do exame efectuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste relatório.

6. Face ao que antecede, e tendo em consideração o conteúdo da certificação legal de contas, o fiscal único é de parecer que:

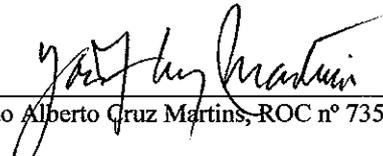
- a) O Relatório apresentado pelo Conselho de Administração deve ser aprovado;
- b) As contas apresentadas pelo Conselho de Administração constituídas por Balanço, Demonstração de Resultados por natureza, Demonstração de fluxos de caixa, Demonstração de alterações do capital próprio e respectivo Anexo devem ser aprovadas;
- c) A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração deve ser aprovada.

7. Por último é nosso desejo agradecer a colaboração prestada pelo Conselho de Administração e serviços respetivos.

Belmonte, 1 de Abril de 2014

CRUZ MARTINS & PÊGA MAGRO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por



João Alberto Cruz Martins, ROC n.º 735



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **EMPDS - EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, EM**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 72.085 euros e um total de capital próprio de 10.052 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12.654 euros), as Demonstrações de Resultados por naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e a dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

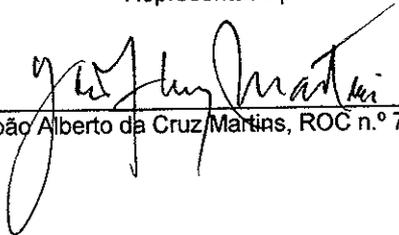
7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **EMPDS -EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, EM**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Covilhã, 1 de Abril de 2014

CRUZ MARTINS & PEGA MAGRO
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por


João Alberto da Cruz Martins, ROC n.º 735